

O papel da educação popular no processo de constituição da autonomia dos educandos: uma abordagem a partir do instituto educar

Cristiano Eduardo Wendt¹

Resumo

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado em Educação da Universidade de Passo Fundo – Passo Fundo R/S; graduado em Filosofia (LP) pela Universidade de Passo Fundo – Passo Fundo do R/S; acadêmico do curso de Sociologia (LP) da Universidade Federal de Santa Maria, Pólo de Tio Hugo R/S; bolsista CAPES. E-mail: wendt81@hotmail.com

A pretensão deste trabalho é apresentar as reflexões a que chegou-se após os trabalhos de observação e entrevistas com os educandos e educandas do Instituto Educar, bem como com educadores, e colaboradores da instituição. O objetivo maior é demonstrar de que forma as práticas e conteúdos desenvolvidos no instituto podem auxiliar na constituição da autonomia. Para tal, realizou-se a seguinte excursão: tratou-se inicialmente do significado da educação popular e sua colaboração para o fomento da autonomia. Procurando verificar como as práticas exercidas no instituto colaboram para a assunção da autonomia, a partir de três eixos, a saber, a postura dos educadores frente ao projeto da educação popular, A importância das práticas em sala de aula para a constituição da autonomia e Tempos educativos e a constituição da autonomia.

Palavras-chave: Filosofia da Educação - Educação Popular – Autonomia – Prática Pedagógica – Gestão Escolar

Recebido: 22/10/2008
Aprovado: 07/10/2009

The role of the popular education in the process of constitution of the autonomy of the students: an approach starting from the institute to educate

Abstract

The pretension of this work is to present the reflections that we arrived after the observation works and interviews with the students of the Instituto Educar, as well as with educators, and collaborators of the institution. The larger objective of this work is to demonstrate that it forms the practices and contents developed at the institute can aid in the constitution of the autonomy. For such we accomplished the following trip: we will treat initially of the meaning of the popular education and his collaboration for the fomentation of the autonomy. As the practices exercised at the institute collaborate for the

O papel da educação popular no processo de constituição da autonomia dos educandos: uma abordagem a partir do instituto educar

assumption of this autonomy, starting from three axes, to know, the posture of the educators front the project of the popular education, the importance of the practices in classroom for the constitution of the autonomy and educational Times and the constitution of the autonomy.

Key-words: Philosophy of the Education - Popular Education - Autonomy - Pedagogic practice - School Administration

Introdução

O trabalho buscará interpretar o processo de formação da autonomia dos educandos a partir de um modelo de ensino baseado na educação popular, tendo como local de pesquisa e observação² o Instituto Educar. A referida instituição localiza-se na área nove do Assentamento Anoni, no município de Pontão/Rio Grande do Sul. Foi escolhida devido a sua prática pedagógica, que tem como referência a educação popular vinculada ao processo de ensino. Trabalha com educandos provenientes de famílias de acampados, assentados e pequenos agricultores, oriundos de diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Goiás. Vinculados aos seguintes movimentos populares: Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Movimento dos Atingidos por Barragens, Movimento dos Pequenos Agricultores e Movimento dos Trabalhadores Desempregados. Visando a capacitação técnica e intelectual de seus alunos, para que possam atuar em suas comunidades, procurando implantar técnicas para o desenvolvimento sustentável e a geração de emprego e renda.

Este trabalho busca, a partir da reflexão sobre a prática dos envolvidos, na educação popular, proposta pelo Instituto Educar, verificar se realmente contribui em auxiliar a constituição da autonomia dos educandos. Trata-se de investigar se são oferecidos meios que auxiliem no trabalho de forjar a consciência crítica de homens e mulheres que busquem, através da participação popular, construir uma sociedade justa e fraterna, plural e

² Para a realização dessa investigação, o trabalho *in loco* foi fator de grande importância, dando-se da seguinte maneira: visitas constantes a instituição, observações do relacionamento de todos os envolvidos na vida do Instituto, e entrevistas, as quais foram gravadas (áudio). Nas entrevistas não procurou-se seguir roteiros prévios, optou-se por deixar que, tanto, educandos, educadores e colaboradores, fossem apresentando o seu entendimento sobre os trabalhos desenvolvidos na escola, educação popular, política nacional e repressão aos movimentos sociais. Também, deve ser ressaltado, que algumas observações foram realizadas durante os períodos de aula, e que os educandos foram acompanhados nas tarefas básicas de manutenção do instituto, bem como em momentos de *ôcio*.

coletiva, que respeite a individualidade de cada um e cada uma, gênero, classe social, etnia, credo, natureza, opção sexual e ideologia. Busca-se também trazer algumas luzes acerca do comprometimento dos envolvidos no processo educativo.

Para alcançar tal finalidade, dividir-se-á o trabalho em duas partes a primeira tratará sobre as ideias de educação popular e a formação para a autonomia, como elas se apresentam para a prática educativa. A segunda parte buscará visualizar o processo de construção da autonomia nos educandos, a partir das práticas pedagógicas do Instituto Educar. Para tal será subdividida em três partes que tratarão primeiramente da postura dos educadores frente ao projeto da educação popular, da importância das práticas em sala de aula, funcionamento da instituição em tempos educativos³ e como estes refletem a constituição da autonomia.

A educação popular e a formação para a autonomia

A busca por meios diferenciados de ensino, que servissem à libertação e formação das consciências críticas dos educandos, já vem sendo tratada e assumida por alguns educadores desde a década de 40 do século passado, por meio das experiências com a educação de adultos. Essas experiências resultaram mais tarde no que hoje se conhece como educação popular, que abrange todas as instâncias do processo educativo e que tiveram seu grande salto quantitativo e qualitativo nas décadas de 1960 e 1970, com os estudos de Paulo Freire, dentre outros pensadores da educação, como Carlos Rodrigues Brandão, Luiz Eduardo W. Wanderley, Edla Eggert, Fernando Torres.

Para compreender melhor o significado de educação popular, podem ser utilizadas as palavras de Alfonso Castillo e Pablo Latapi:

A origem deste *amplo movimento* tem o seu lugar no processo experimentado por grupos comprometidos com a transformação das estruturas sociais que mantêm as minorias oprimidas. A crescente consciência da vida real das massas e a compreensão de sua possibilidade de superar o vicioso círculo da miséria e da opressão (opostos ao virtuoso círculo da riqueza) através de ações isoladas e fragmentadas

³ O curso se organiza seguindo o princípio de alternância que caracteriza os cursos formais do MST, combinando os períodos de atividades no instituto, denominado de Tempo Escola, e nas comunidades de origem dos educandos, denominado Tempo Comunidade. Cada um destes tempos, dura em média 70 dias.

O papel da educação popular no processo de constituição da autonomia dos educandos: uma abordagem a partir do instituto educar

no sistema social forçaram a busca de um novo acercamento dos adultos. [...] Desde uma mesma conceptualização, esta já não provém da UNESCO, mas surge de experiências das bases, e na América Latina. Porém, mais importante do que a origem, é a interpretação teórico-social em que ela se fundamenta. As maiorias sociais não se encontram “marginalizadas”, mas exploradas e oprimidas. As nações do Terceiro Mundo não são atrasadas e primitivas, senão que dependentes e radicalmente distintas. As soluções não podem ser transportadas e adaptadas dos países industrializados e “desenvolvidos”. Pelo contrário, esta posição (a da educação popular) aponta para uma profunda fé nas potencialidades e na riqueza das pessoas exploradas, sistematicamente depreciadas. A construção de uma sociedade em que os oprimidos sejam os sujeitos de seu próprio processo libertador é o objetivo global desta busca utópica. (CASTILLO; LATAPI apud Brandão, 1984, p. 60)

Este comentário de Castillo e Latapi chama a atenção para os personagens da educação popular, o povo oprimido da América Latina, que leva à necessidade de um processo educativo libertador, como ferramenta para livrar as classes populares da situação de esquecimento e submissão em que se encontram. Mas, para esta suposta libertação, os educandos deste processo devem criar e assumir uma condição de seres autônomos, capazes de decidirem sobre o seu futuro e terem clareza dos caminhos a serem percorridos. Nota-se o porquê de se ter uma educação para a libertação, que rompa com as instituições e/ou pessoas que, na busca e manutenção do poder, acabam esquecendo, reprimindo, oprimindo toda a forma de cultura, historicidade e luta das classes populares. Acredita-se, comumente, que os sujeitos não possuam a capacidade de transformar e transformarem-se através de um modelo de educação que valorize, acima de tudo, a relação entre teoria e prática e o desenvolvimento total do ser humano.

A educação popular compromete-se, fundamentalmente, com as transformações sociais a partir de seus agentes que, muito mais que educadoras e educadores, educandas e educandos, são sujeitos de suas vidas e da vida comunitária. Esta nova forma de educar e de educar-se nega veementemente a neutralidade da educação, da prática educativa. A esse respeito Paulo Freire comenta que:

[...] a educação popular é aquela que está a serviço dos interesses reais das classes populares, mas que estando a serviço dos interesses reais das classes populares tem nelas também, sujeitos desta educação e não meras incidências da educação popular feita pelos intelectuais, ou pelos educa-

dores. Então, é uma educação que implica, que não significa, por exemplo, um simples estar a favor dos pobres, isso é pouco demais. Quer dizer, o que traduz a educação popular, não é um voto de solidariedade paternal aos pobres, mas o que sela um projeto de educação popular e o seu compromisso radical de transformação do mundo. (FREIRE apud BRANDÃO, 1984, p.182-183)

Freire demonstra o que é a educação popular dos povos latino-americanos, uma educação que seja política, que esteja presente na caminhada das camadas populares, que tenha “coerência, quer dizer, é preciso um mínimo de coerência entre o discurso que verbaliza o sonho e a prática que explicita ou que procura materializar o sonho” (BRANDÃO, 1984, p. 180). Este modelo de educação deve funcionar como instrumento de mudança, preparando os indivíduos para desenvolverem e alargarem seus conhecimentos e práticas, nos âmbitos social, humano, político e econômico. Desta forma, ela valida-se quando seu processo educativo consegue auxiliar que se forjem mulheres e homens autônomos, dotados de consciência crítica para interpretação da realidade.

Quando a ideia de autonomia é trazida para o seio do processo educativo, deve-se ter clareza de seu significado, do sentido que assume dentro de uma educação para as camadas populares, ou seja, exclui toda a ideia de individualismo, ou ainda, busca ferrenhamente combatê-lo. Não se tratam de ações individuais, mas, trata sim do coletivo, do comum, do comunitário. Nesse contexto, a educação popular busca auxiliar a condução do ser educando para a assunção de sua consciência crítica. Para a interpretação e ação na sociedade, para, desta maneira, ser agente transformador do meio em que se encontra inscrito. Levar o indivíduo a ser protagonista de sua história, libertar-se dos pré-conceitos aos quais está condicionado, romper com qualquer forma de opressão, é função vital de uma educação que tencione a auxiliar na formação de seres autônomos. Sobre este assunto comenta Luiz Eduardo W. Wanderley (1990):

[...] o processo educativo tem por objetivo básico a *autonomia do educando*, que lhe permita “andar com as próprias pernas”, livre de qualquer tutela. A dependência do educando em relação ao educador tem criado problemas de paternalismo e manipulação. Ademais, esse processo busca alcançar a valorização e participação,

O papel da educação popular no processo de constituição da autonomia dos educandos: uma abordagem a partir do instituto educar

as práticas democráticas, a tornar o povo sujeito político de sua transformação. A educação popular ajuda a resgatar a importância da *dimensão cultural* nas práticas das organizações e dos movimentos populares. Nesse sentido, é preciso ir aclarando cada vez mais como a educação pode contribuir para formar organizações e movimentos democráticos, e como se deve valorizar o conteúdo educativo na organização popular. (WANDERLEY, 1990, p. 148)

Muito se fala em educação libertadora, progressista, que desenvolva todas as dimensões do educando e do próprio educador, que, a partir do meio em que se encontram os agentes do processo educativo, possa-se desvelar e construir a realidade. Estas ideias são ferrenhamente defendidas por setores da sociedade que acreditam na transformação social. Transformação que acontecem da instância do micro para o macro. Assim, a educação popular nunca perde a sua contemporaneidade, devido à busca dos homens e mulheres que acreditam em outro modelo de sociedade, que acreditam em um ensino que seja mais que aprender a ler e escrever, que seja acima de tudo, saber o que se escreve e entender social, política e humanisticamente o que se lê.

O processo de constituição da autonomia dos educandos e educandas a partir das práticas pedagógicas do instituto educar

A preocupação dos movimentos sociais com a busca de um ensino que atenda as necessidades básicas à formação de seus quadros humanos, conduz estes movimentos a criarem instituições de ensino com propostas educacionais diferenciadas às do chamado “ensino bancário”, que cerceia a criatividade do educando, condicionando-o apenas como objeto do processo educativo. Sobre a educação bancária comenta Freire (1979):

[...] a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante.[...] Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão – a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro (FREIRE, 1979, p. 66 - 67).

Esta proposta diferenciada, que rompe com o jugo de um ensino autoritário, com a relação de depósito do conhecimento, vem ao encontro dos anseios da educação popular, e é a partir deste modelo educacional que

o Instituto Educar desenvolve suas práticas.

Dentro deste contexto, buscar-se-á uma interpretação a partir da postura das educadoras e educadores do instituto, das práticas desenvolvidas em sala de aula, dos tempos educativos, em especial os tempos escola e comunidade, do projeto de gestão assumido pelo instituto, para tentar compreender neste caso o processo de constituição da autonomia o qual são submetidos as educandas e educandos desta instituição. Quando tratada a ideia de processo de constituição da autonomia, não se quer afirmar categoricamente que o desenvolvimento e a formação desta sejam perfeitos, que se dão ao mesmo passo em cada uma e cada um dos envolvidos no processo educativo, ou ainda, que realmente ocorra. Tal afirmação seria colocar em “xeque” os princípios básicos da uma educação que tencione à libertação. Princípios com, por exemplo, o respeito à individualidade, o desenvolvimento intelectual e cognitivo - que se apresenta de maneira diferenciada nos indivíduos - e a construção coletiva que propicia a integração entre os personagens envolvidos no processo educativo.

A postura dos educadores frente ao projeto da educação popular

Quando se procura interpretar a postura dos educadores frente ao projeto da educação popular, trata-se, na realidade, de buscar identificá-los dentro do contexto da instituição, dos movimentos sociais, da busca pela formação dos indivíduos que possam ser agentes transformadores da sociedade.

A grande maioria do corpo docente do IE é formada por integrantes de movimentos sociais, de educadores que, quando se encontravam no papel de educandos, frequentaram escolas que desenvolviam práticas libertadoras, instituições semelhantes as observadas neste trabalho. Demonstra-se com isso, que os educadores possuem vivências e conhecimentos adequados, quando se trata de auxiliar à constituição da autonomia dos educandos, devido ao fato de terem vivenciado semelhante processo educativo. Ainda nesta perspectiva, três pontos são de importante relevância, a saber: o

reconhecimento e a assunção da identidade cultural, a corporeificação das palavras pelo exemplo e a exigência que o ensinar implica uma reflexão crítica sobre a prática.

O primeiro ponto trata sobre o reconhecimento e a assunção da identidade cultural que é tratado por Freire (1996) da seguinte maneira:

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a “outredade” do “não eu”, ou do *tu*, que me faz assumir a radicalidade de meu *eu*. A questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educandos cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa progressista, é problema que não pode ser desprezado. Tem que ver diretamente com a *assunção* de nós por nós mesmos. É isto que o puro treinamento do professor não faz, perdendo-se e perdendo-o na estreita e pragmática visão do processo (FREIRE, 1996, p. 41 – 42.).

Com base nesta passagem, entende-se a importância de ser e de se fazer parte do contexto em que se encontra inserido, neste caso, a educadora e o educador, na sua prática docente, devem se comprometer com uma prática e uma postura condizentes com a educação popular, tencionando a libertação. A opção do corpo docente é perceptível aos discentes do Instituto Educar, prezando em ser uma prática vinculada, comprometida e libertadora.

Cada educador que ministra aulas no IE passa pela avaliação do corpo discente, que avalia as práticas, a relação teoria e realidade, se representam o contexto em que estão inseridos, bem como o conteúdo que está sendo estudado. De nada adianta elaborar um plano de aula baseado na realidade apresentada na “novela das oito”, ou seja, distante do cotidiano dos movimentos sociais, da vida do pequeno produtor rural, da dura experiência dos acampados e assentados. Deve-se ter presente que os educandos do IE possuem uma interpretação de mundo diferenciada da grande parte dos jovens e deve-se tratá-los de acordo. Nesse caso os

docentes devem assumir-se enquanto educadora e educador popular, que não transferem conhecimentos, mas que o constroem em conjunto, e dependem de reconhecerem-se e assumirem-se como parte de um projeto maior, que tenciona a libertação da consciência sua e de seus educandos.

Outro ponto de relevância é a questão da corporeificação das palavras pelo exemplo, que, segundo comenta Freire (1996):

O professor que realmente ensina, quer dizer, que trabalha os conteúdos no quadro da rigurosidade do pensar certo, nega, como falsa, a fórmula farisaica do “faça o que eu mando e não o que eu faço”. Quem pensa certo está cansado de saber que as palavras a que falta a corporeidade do exemplo pouco ou quase nada valem. Pensar certo é fazer certo (FREIRE, 1996, p. 34).

No seu campo de atuação, a educadora e o educador devem ter clareza da postura que devem assumir, da sua prática, da sua “ideologia”, de seus objetivos, enquanto ferramentas que auxiliam na formação de consciências críticas. Eles necessitam compreender que é através de seu exemplo nas mais diversas situações encontradas durante o processo educativo, que serão avaliados pelos educandos quanto à validade de suas aulas de seus ensinamentos. Se sua postura e prática não forem condizentes com o ensino, com certeza não contribuirão nada para a constituição da autonomia.

Nota-se que no caso do IE os discentes conseguem mediar esta relação entre postura e ensino, devido ao fato de na grande maioria serem provenientes do mesmo meio social dos docentes. Esta é uma tendência do instituto, tentar manter em seu corpo docente o maior número possível de profissionais comprometidos com a luta de classe, em especial a dos movimentos sociais que fazem parte do IE.

Esta ideia de ter educadores comprometidos com as lutas de classe é uma forma de auxiliar na constituição da autonomia do ser educando, pois todo o conteúdo que se trabalhará, todas as explicações, recomendações, terão por parte do corpo docente o respaldo de sua vivência enquanto militante dos movimentos sociais, e esta corporeificação da palavra pelo exemplo só acarretará para o acúmulo e crescimento, visando que educanda e o educando forjarem sua autonomia.

O papel da educação popular no processo de constituição da autonomia dos educandos: uma abordagem a partir do instituto educar

O terceiro e último ponto desta parte do trabalho, que trata da postura dos educadores, é a exigência que o ensinar implica uma reflexão crítica sobre a prática. Freire (1996) acerca deste tema comenta que:

O pensar certo sabe, por exemplo, que não é a partir dele como uma dado dado, que se conforma à prática docente crítica, mas, sabe também que sem ele não se funda aquela. A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer. O saber que a prática espontânea ou quase espontânea, “desarmada”, indiscutivelmente produz é um saber ingênuo, um saber de experiência feito, a que falta a rigorosidade metódica que caracteriza a curiosidade epistemológica do sujeito. [...] o pensar certo que supera o ingênuo tem que ser produzido pelo próprio aprendiz em comunhão com o professor formador. [...] O de que se precisa é possibilitar, que, voltando-se sobre si mesma, através da reflexão sobre a prática, a curiosidade ingênua, percebendo-se como tal, se vá tomando crítica (FREIRE, 1996, p.38)

Nesta perspectiva, salienta-se a importância da educadora e do educador terem clareza sobre a prática desenvolvida, terem criticidade, discernimento na avaliação de sua postura enquanto colaboradores na constituição da autonomia das educandas e educandos. Aquele que assume a tarefa de educar deve ter claro que sua prática deve ser atual e vinculada à realidade social, histórica, econômica e política, em que ele e aqueles com quem irá interagir encontram-se inseridos. Para tal, o IE mantém encontros de formação para que os discentes consigam, não somente auxiliar na constituição da autonomia do ser educando, mas também, lançar novos olhares sobre o seu processo de construção de autonomia enquanto agente transformador/educador.

Esta ideia de prática docente crítica tem forte relevância para a postura e prática das educadoras e educadores do IE, pois estes trabalham na rigorosidade de um pensar que busque a melhoria do seu trabalho, bem como conduzir os educandos a fomentarem a curiosidade pelo conhecimento em todas as esferas. O pensar certo que supere o ingênuo aparece fortemente na prática do IE, quando da comunhão entre os agentes do processo educativo: educadora, educador, educanda e educando em conjunto criam a prática pedagógica, deixam aflorar sua curiosidade, se compreendem como seres inacabados, inconclusos e que necessitam de permanente formação, e o mais importante necessitam dos outros. Quando

tratada a questão da formação, ela vai além dos cursos e seminários de que os docentes e discentes participam, ela abrange a relação do grupo para a construção coletiva e individual da autonomia.

Os discentes assumem a vigilância sobre a prática dos educadores e na relação dos educadores com os educandos. Incorporam a responsabilidade pela vigilância e auto vigilância, no que refere-se à postura na relação educacional, ou seja, são possibilitados a assumirem uma postura ética condizente com o meio em que estão inseridos. Surge mais um indicativo do avanço na construção da autonomia, pois só se pode cobrar dos outros, aquilo que se cobrado de si mesmo.

A importância das práticas em sala de aula para a constituição da autonomia

Nesta busca de luzes acerca da constituição da autonomia, deve-se adentrar no âmbito da sala de aula, da prática educativa e da relação entre os agentes do processo educativo. Em primeiro lugar, deve-se entender a prática da educação popular “vinculada à educação política, que passa pela educação sindical e partidária e atinge as organizações e movimentos dos setores populares, pretendendo basicamente que ela seja um serviço aos projetos de libertação das classes populares” (WANDERLEY, 1990, p. 135). Este modelo de educação necessita, acima de tudo, de educadoras e educadores comprometidos com a mudança social, que apresentem às educandas e educandos meios e alternativas para esses forjarem-se enquanto seres autônomos, dotados de consciência crítica. O IE demonstra que os docentes estão comprometidos realmente com a transformação do ser educando e, para chegar a este fim, utilizam-se de métodos pedagógicos que relacionam o conteúdo programático com a vivência do grupo, trazendo elementos da realidade que estão inseridos e que virão encontrar após a conclusão do curso. Pode-se explicitar tal comprometimento na fala de um dos educadores do instituto que comenta: “[...] trazer todo o conteúdo que se trabalha em escolas normais, para dentro da realidade no caso aqui o campo [...]”⁴. Nesta passagem nota-se o comprometimento do instituto na

⁴ Não será feita referência ao nome das pessoas entrevistadas no Instituto Educar, apenas citar-se-á a função que o entrevistado ocupa no instituto.

O papel da educação popular no processo de constituição da autonomia dos educandos: uma abordagem a partir do instituto educar

essoa de seus educadores quanto à condução dos educandos a fomentarem o processo de formação de sua autonomia, a partir das práticas educativas.

Este método de ensino que compreende a importância da relação entre teoria e prática é imprescindível no processo de constituição da autonomia, pois, como pode ser constatado no instituto, os discentes que aparentemente se encontram em um processo de constituição de autonomia avançada, são os responsáveis pelo desenvolvimento e desdobramento das matérias trabalhadas. São eles que, a partir da necessidade do grupo, solicitam o avanço ou revisão dos conteúdos, são eles que mantêm a ordem e o bom andamento das aulas. Neste contexto, apresenta-se o seguinte trecho da entrevista com um dos educadores do IE: “[...] a autonomia, a força de vontade deles (os educandos) é muito maior do que nos outros colégios. Eles estão aqui porque querem algum objetivo. [...] se você entra dentro da sala de aula você vai ver, [...] se tu passa uma matéria, um conteúdo eles são esforçados, [...] a diferença entre uma escola normal, tida como normal, para esta aqui é muito grande, eles são esforçados mesmo”. Este relato demonstra o comprometimento do corpo discente na condução do processo educativo, entendendo-se como sujeitos e não meros objetos do processo educativo. Duas considerações devem ser feitas acerca desta observação, a primeira refere-se ao suposto estágio de formação da autonomia avançada, como colocado anteriormente. Surge neste caso a preocupação em torno de se ela constrói-se de forma que o crescimento aconteça gradual, quantitativa e qualitativamente. Onde realmente as educandas e educandos se assumam como seres inconclusos, em permanente processo de formação e busca, se esta autonomia construída será incorporada por toda a vida. A segunda consideração gira em torno da individualidade da formação que se dá no âmbito de sala de aula, no coletivo, um questionamento se faz pertinente: O indivíduo consegue criar a sua autonomia ou ele incorpora (superficialmente) o nível de autonomia que o grupo se impõe e cobra nas posturas e práticas de cada uma e cada um? Estas considerações são de extrema importância, mas só poderão ser elucidadas após as educandas e educandos concluírem o curso, somente quando se defrontarem com a necessidade de utilizarem-se de sua capacidade de interpretação e ação na sociedade.

Quando tratadas as práticas realizadas em sala de aula, deve-se ir

além do conceito de sala de aula como um espaço fechado, próprio para o ensino-aprendizagem de teorias. No âmbito do IE, este espaço vai além das quatro paredes, são utilizados todos os meios, lugares e pessoas possíveis para a melhor construção dos conhecimentos do ser educando e das próprias educadoras e educadores. Os conteúdos são transmitidos de forma que as educandas e educandos possam trazê-los para o seu dia-a-dia, para a realidade do instituto e para a realidade de seu assentamento, acampamento, comunidade. Esta forma de ensinar teoria vinculada à realidade do grupo leva o ser educando a uma maior interpretação e apreensão da realidade, acarretando no aperfeiçoamento de seu processo de autonomia. Pode-se verificar tal prática na seguinte passagem extraída de uma das entrevistas realizadas com os educadores do instituto: “[...] tudo o que eu trabalho durante um período na minha matéria, eu vou passar um trabalho para eles, no final disso. Para que eles possam fazer isso em casa⁵, isto é a diferença, por isso o aprendizado é maior, é a realidade junto com a teoria.”. Esta é a ideia principal, se ter uma prática que não fique condicionada ao espaço e tempo educativo, mas que vá além e auxilie na formação da autonomia das educandas e educandos do IE.

Tempos educativos e a constituição da autonomia

Passar-se-á, neste momento, a tratar das questões relativas aos tempos educativos: Tempo Escola (TE)⁶ e Tempo Comunidade (TC)⁷, suas relações com a construção da autonomia das educandas e educandos do IE. Primeiramente o TE, que é o espaço no qual são desenvolvidas as atividades de cunho pedagógico, de manejo e prática das técnicas referentes ao curso de agroecologia. Neste tempo educativo, as educandas e os educandos deparam-se com diferentes situações, que não encontrariam no ensino bancário. São situações que compreendem a necessidade de conviver na/e com a coletividade, respeitando a individualidade do outro, da assunção de obrigações, na manutenção do espaço físico do instituto, na assiduidade, participação e construção do processo educativo, na busca incessante pelo

⁵ O termo “casa” empregado na frase refere-se ao tempo comunidade (TE), tempo que será explicado na seqüência.

⁶ Doravante será utilizada a abreviação TE para referir-se ao Tempo Escola.

⁷ Doravante será utilizada a abreviação TC para referir-se ao Tempo Comunidade.

conhecimento e crescimento individual e do grupo.

É no TE que as educadoras e educadores têm a grande incumbência de trabalharem de forma concisa as teorias, ligando-as com a realidade presente e futura dos discentes. Esta ideia de teoria vinculada à prática encontra sustento nas palavras de Adolfo Sánchez Vasquez que comenta:

A teoria em si – nesse como em qualquer outro caso – não transforma o mundo. Pode contribuir para a sua transformação, mas para isso tem que sair de si mesma, e, em primeiro lugar, tem que ser assimilada pelos que vão ocasionar seus atos reais, efetivos, tal transformação. Entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização dos meios materiais e planos concretos de ação; tudo isso com passagem indispensável para desenvolver ações reais, efetivas. Nesse sentido uma teoria é prática na medida em que materializa, através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação (VASQUEZ apud BENINCÁ; CAIMI, 2004, p.23)

A partir de tal comentário, pode-se notar a necessidade de uma teoria vinculada à prática, à realidade, que auxilie a construção não só intelectual, mas, psíquica, social, afetiva do ser educando, que o leve a entender que a libertação de um país necessita antes de tudo da libertação da consciência de seu povo, de entender que a consciência vem sendo escravizada por ideias e valores antipopulares, introjetados pelos colonizadores (FREIRE apud BOFF, 1997). É neste ponto que a formação da consciência crítica é fundamental no processo educativo libertador. Daí a importância do TE, de ser a base do processo de autonomia; é nele que se buscam os subsídios para desenvolverem-se as atividades do TC.

O TE é muito mais que um espaço de aprendizado apenas de conteúdos e práticas, é o momento dos indivíduos aprenderem a conviver na coletividade, de surgirem as primeiras dificuldades do grupo enquanto relações, opiniões, vontades, enfim é onde a dimensão humana e social do curso se fará mais aparente. Neste espaço em que as educandas e educandos permanecem no instituto, começam a ser percebidas as primeiras mudanças no processo de constituição da autonomia, pois é nele que o contato entre os agentes do processo educativo se dá de forma mais direta. É onde os educando são forçados a romperem com os dogmas de um ensino reacionário, a que, em alguns casos, foram submetidos, e adentrarem no mundo da educação popular, da educação para a libertação.

Entrar-se-á agora no TC, tempo em que a educanda e o educando retornam aos seus acampamentos, assentamentos, comunidades, organizações associativas para desenvolverem as práticas aprendidas no instituto e relacionar a teoria com tais práticas e vivências fora do IE. Este espaço é importante na construção da autonomia do ser educando, pois, como comenta Elli Benincá (2004): “os alunos não se educam apenas no espaço e tempo escolar. São os cotidianos culturais nos quais o aluno faz a aprendizagem a partir do novo que lá se cria (BENINCÁ, 2004, p. 100.)”. O TC é o lugar no qual as educandas e educandos devem desenvolver o real processo de organicidade dos movimentos sociais, é onde acontece a complementação dos estudos do TE, realizam-se as práticas pedagógicas que tomam a forma de estágios e projetos supervisionados, onde se dá o processo de pesquisa empírica da realidade e a reflexão sobre a prática. São os discentes que, neste espaço, fazem a implantação, condução e assessoramento às entidades de produção agroecológicas nos assentamentos e comunidades, sob a supervisão de duas pessoas, uma encarregada da parte técnica da etapa, para auxiliar as educandas e educandos nos trabalhos, e a outra, que ficará com os assuntos políticos, sociais, teóricos e suprirá as necessidades e dúvidas quanto à apreensão do cotidiano fora da instituição.

Esta ideia de um tempo em que os educandos possam voltar-se para sua realidade para colocar em uso seus conhecimentos, fazendo o exercício de interpretar e reinterpretar as suas posturas bem como a dos movimentos e das pessoas que os compõem. Isso é de fundamental importância na formação da autonomia, pois, com estas inserções fora da instituição, as educandas e educandos deparam-se com o real, com o que faz e fará parte de suas vidas, de suas práticas profissionais, de suas lutas diárias.

Quando no TC, longe da instituição, são as educandas e educandos forçados a dar um passo a mais na formação de sua autonomia, de sua consciência crítica, esta força pode ser interna, ou seja, pela sua bagagem de vida e pelo seu comprometimento enquanto agente de um processo social maior (reforma agrária, educação para todos, geração de emprego e renda, vida digna), mas, também encontrar-se-á a possibilidade desta força ser

externa ao indivíduo, que ele se forje a partir da supervisão dos orientandos, da vigilância dos movimentos populares, da expectativa criada pelo seu movimento acerca de sua formação para, quiçá, ser no futuro uma de suas lideranças. Tal possibilidade necessitaria de uma pesquisa empírica mais aprofundada, em especial no TC, entretanto, não é no momento, o foco deste trabalho; sendo tratada em uma oportunidade futura.

Considerações finais

Após esta breve investigação sobre o auxílio na construção da autonomia nos educandos a partir das práticas da educação popular realizadas pelo Instituto Educar, surgem novos rumos e caminhos a serem pesquisados, para que se possam lançar algumas luzes acerca do tema. A própria educação popular tem como princípio ser inacabada, inconclusa, assim como os seus agentes, e por isto não se pode ter ou querer ter uma resposta finalista, que trate sobre todos os assuntos referentes a este modelo educacional. Caso tal resposta existisse, a educação popular estaria fadada a se tornar não mais uma ferramenta de libertação, mas, sim, um meio de dominação das camadas populares.

Quanto às práticas do Instituto Educar, nota-se, no decorrer do trabalho, que elas auxiliam na construção da autonomia dos educandos, mas deve-se ter claro que esta não é a única ferramenta para forjar tal construção. Ela é um ponto de apoio a todos aqueles que acreditam na transformação social a partir das classes populares, daqueles que são marginalizados e excluídos da e pela sociedade dominante. Procurando acenar uma resposta acerca do que realmente influencia no processo educativo, visando auxiliar a constituição da autonomia na busca da mudança social, considera-se, momentaneamente, que as educadoras e educadores, bem como todos os envolvidos nas práticas do Instituto Educar assumem uma postura adequada e condizente com o objetivo do instituto que segundo uma das colaboradoras é “[...] formar técnicos, técnicos pés no chão, pedagogos que vão trabalhar nesta mudança”⁸.

Entretanto, algo que deve ser considerado como de fundamental

⁸Frase extraída da entrevista com a coordenadora pedagógica do IE.

importância para que o modelo apresentado pelo Instituto Educar, por meio de suas práticas que tencionam o auxílio da conquista da autonomia pelos educandos, é que aqueles que colocam em prática o projeto educacional são os mesmos que pensam o projeto, e isso sim é demonstração de busca e assunção da autonomia. Assim são nas relações que se travam dentro do instituto, do modelo de gestão diferenciado, das práticas no tempo comunidade, nas luta diária dos movimentos sociais, na vontade de mudança que os personagens do processo educativo continuam na busca pelo conhecimento. Entendendo que são seres inacabados, imperfeitos e inconclusos, mas que, acima de tudo, têm a certeza de que a mudança está em suas mãos.

Referências bibliográficas

CURSO DE VERÃO. Ano IV. São Paulo: Edições Paulinas, 1990.

BENINCÁ, Elli. *O diálogo como princípio pedagógico*. In: FÁVERO, Altair Alberto; TROMBETTA Gerson Luis; RAUBER, Jaime José (Orgs.). *Filosofia e Racionalidade*. 1. ed. Passo Fundo, 2002, V.1, p. 107 – 118.

BENINCÁ, Elli; CAIMI, Flávia Eloísa (Orgs.). *Formação de Professores: um diálogo entre a teoria e a prática*. Passo Fundo: UPF, 2004.

BOFF, Leonardo. *A águia e a galinha Uma metáfora da condição humana*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Educação Popular*. São Paulo: Brasiliense S.A., 1984.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *Educação Popular no Brasil.: - Palestras e Debates Do I Colóquio Nacional De Educação Popular: A educação popular em discussão*. Passo fundo: UPF, 1986.

_____. Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

O papel da educação popular no processo de constituição da autonomia dos educandos: uma abordagem a partir do Instituto Educar

TORRES, Fernando; TEIXEIRA, Faustino; EGGERT, Edla. (Orgs). *Teologia da libertação e educação popular a caminho*. São Leopoldo: Com-Texto Gráfica e Editora, 2006.